

IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA POBREZA RURAL NO RIO GRANDE DO SUL: A METODOLOGIA DA FEE

Sergio Schneider*

Para a identificação e caracterização da pobreza rural no Rio Grande do Sul recorre-se a algumas indicações apontadas em um estudo da Fundação de Economia e Estatística (FEE), realizado em 1995, que até o presente permanece quase inteiramente desconhecido do público gaúcho tendo em vista sua extensão.¹ A metodologia da FEE, apoia-se na construção de um indicador sintético de desenvolvimento (Índice de Desenvolvimento Social-IDS) e de carência (Índice de Carência Social -ICS), utilizando-se de uma técnica estatística dos dados denominada de análise fatorial multivariada (também conhecido como análise de componentes principais). A unidade de análise adotada foram os municípios e a regionalização e agregação foi feita com base no "Macrozoneamento Agroecológico e Econômico do Rio Grande do Sul", realizado pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio

* En esta misma entrega se publica el artículo de Sergio Schneider "Pobreza rural e desenvolvimento agrícola no sul do Brasil". Hemos considerado conveniente, por su importancia metodológica, incorporar en esta sección estas notas del mismo autor que sintetizan un estudio de la Fundación de Economía y Estadística que, posiblemente por su extensión, no es demasiado conocido. En el caso de las citas bibliográficas, remitimos al lector a la completa bibliografía que aparece al final del artículo mencionado, incluido en el Tema Central de este número. (N. del E.).

1 Na sua origem, este estudo da FEE havia sido encomendado pelo Banco Mundial ao Governo do Estado para fundamentar o projeto de combate a pobreza rural (finalidade para a qual não chegou a ser utilizado), que mais tarde foi batizado de Pró-Rural 2000. Em outra oportunidade, já havíamos utilizado esta base de dados para realização de uma consultoria para o Projeto RS-2010-Pobreza Rural (Schneider e Brumer, 1998).

Grande do Sul, em 1994, que divide o Estado em regiões e sub-regiões segundo suas características agroecológicas.²

Para a formação do IDS os pesquisadores elaboraram um ICS para cada município, considerando como parâmetro de carência total o diferencial entre os municípios que apresentam o melhor e o pior valor para cada variável considerada. As variáveis utilizadas no cálculo do ICS foram a taxa de mortalidade infantil (para o indicador de saúde), as taxas de analfabetismo e escolarização (indicador educação), o PIB per capita e o grau de indigência (para o indicador de renda).³ O IDS resulta do cálculo de carência média (ICS-média) e varia de 0 a 1, expressando desde situações de carência absoluta até o desenvolvimento máximo. Cabe ressaltar que a análise decorrente das distribuições municipal e regional do IDS referem-se ao conjunto das populações rurais e urbanas, não devendo ser restringidas apenas ao meio rural.⁴

Como resultado deste procedimento, constatou-se que os municípios que revelavam um Índice de Desenvolvimento Social mais próximo do valor máximo de 1, ou seja, que eram mais desenvolvidas segundo estes critérios, situavam-se na região Nordeste do Rio Grande do Sul, onde se localizam as microrregiões da Encosta Inferior e Superior da Serra, também conhecidas por serem as áreas das Colônias Velhas alemã e italiana, denominação que ganharam por ser nestas regiões que os primeiros imigrantes europeus foram assentados ainda no século passado. Já os municípios que apresentaram o pior IDS ou, pelo contrário, o maior valor do Índice de Carência Social, indicando menor desenvolvimento, localizam-se nas regiões Sul e Oeste, onde estão as microrregiões da Serra do Sudeste, da campanha gaúcha e parte da depressão central, conforme indicado no Mapa a seguir.

2 A divisão do Estado em regiões e sub-regiões a partir de critérios agroecológicos e sua utilização em análises sócio-econômicas, não se constitui em procedimento universalmente aceito entre os estudiosos e especialistas gaúchos. Para maiores detalhes consultar Alonso, Benetti e Bandeira (1994).

3 Segundo a FFE (1995, p. 08), "o indicador de renda resulta da ponderação de 40% a 60% das carências obtidas para o grau de indigência e para o PIB per capita, respectivamente, sendo que no último deve ser usado seu logaritmo, e como parâmetro de carência nula foi escolhida a média do Estado".

4 Para maiores informações acerca dos procedimentos metodológicos utilizados, consultar FFE (1995, p.8 e passim).

Mapa do Estado do Rio Grande do Sul segundo a divisão por regiões e sub-regiões agroecológicas



Legenda: regiões e sub-regiões agroecológicas	
1. Depressão Central 1a. Grande Porto Alegre 1b. Rio Pardo – Taquari 1c. Santa Maria	2. Litoral 2a. Litoral Norte 2b. Litoral Médio 2c. Litoral Sul
3. Planalto Superior 3a. Bom Jesus – São Francisco de Paula 3b. Vacaria – Lagoa Vermelha	4. Serra do Nordeste 4a. Caxias do Sul – Bento Gonçalves 4b. Veranópolis – Guaporé
5. Planalto Médio 5a. Passo Fundo 5b. Erechim 5c. Palmeira das Missões 5d. Bacia do Jacuí 5e. Cruz Alta	6. Encosta Inferior da Serra do Nordeste 6a. Vale do Cai 6b. Santa Cruz
7. Alto Vale do Uruguai 7a. Três Passos 7b. Nonoai – Marcelino Ramos 7c. Santa Rosa – Seberi	8. Missionária de Santo Ângelo – São Luiz Gonzaga
9. São Borja – Itaqui	10. Campanha 10a. Uruguaiana – São Gabriel 10b. Fronteira Uruguaia
11. Serra do Sudeste	12. Região das Grandes Lagoas 12a. Patos 12b. Mirim

Fonte: Secretaria da Agricultura e Abastecimento - RS (1994).

Na Tabela 1 pode-se visualizar um conjunto expressivo de regiões e sub-regiões onde o IDS é inferior a 0,4000 indicando, portanto, um desenvolvimento de no máximo 40% em relação ao nível mais alto (região 11, sub-região 12b, sub-região 3a, sub-região 10b, sub-região 10a, região 9, sub-região 12a e sub-região 2b, nesta ordem). A maioria destas regiões e sub-regiões encontra-se na chamada “metade-sul” do Estado, onde predomina a pecuária de corte extensiva e a orizicultura irrigada, atividades praticadas em propriedades cujos tamanhos, em geral, são de médio e grande porte. Obviamente, que há exceções como nos municípios situados na Serra do Sudeste (região 11), que apresenta o pior IDS (apenas 0,1674), onde o tamanho das propriedades é pequeno e ocorre uma exploração agropecuária diversificada, como é o caso dos municípios de Canguçu e Piratini. A outra exceção é a sub-região 3a (os Campos de Cima da Serra), que se localiza no extremo Nordeste do Estado, que têm em comum com as demais áreas os baixos valores do IDS (0,2572) e o fato de ser uma região de predomínio dos campos naturais onde a atividade econômica principal também é a pecuária extensiva.

As regiões mais desenvolvidas, ao contrário, onde o IDS é superior a 0,7000, encontram-se no Nordeste do Estado, que na ordem decrescente do desenvolvimento social indicam a sub-região agroecológica 4a, que é a Encosta Superior da Serra, como a mais desenvolvida, seguida da sub-região 1a, que é a grande Porto Alegre, e das sub-regiões 6a e 4b, também situadas na Encosta da Serra do Nordeste gaúcho. Além do IDS, a Tabela 1 também apresenta os índices de carência para cada região ou sub-região agroecológica, que revela o maior ou menor acesso as condições básicas antes mencionadas.

Além dessa comparação interregional do desenvolvimento social com base nos índices sintéticos, a Tabela 1 apresenta ainda informações sobre o índice de Gini, que é um indicador de concentração fundiária que varia de 0 a 1, na proporção de menor para maior, e sobre a área média dos estabelecimentos (FEE, 1995, p. 10). Na comparação destes indicadores com o IDS percebe-se uma correlação positiva entre o baixo desenvolvimento e os níveis de concentração fundiários no Rio Grande do Sul. A referida Tabela mostra, por exemplo, que a sub-região 2b, a região 9 e as sub-regiões 2c e 12b, nesta ordem, são as áreas onde há maior concentração da posse da terra, segundo o índice de Gini. Na comparação destas

áreas com o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) verifica-se que em pelos três este indicador é inferior a 0,4000 (2b, 9 e 12b).⁵ Isto permite afirmar que no Rio Grande do Sul, segundo esta metodologia, existe uma correlação entre a concentração da terra e os baixos níveis de desenvolvimento social. Ou seja, pode-se afirmar que a pobreza gaúcha é mais intensa e severa nas regiões onde há maior concentração fundiária.

TABELA 1
RIO GRANDE DO SUL. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (IDS), ÍNDICE DE CARÊNCIA SOCIAL (ICS), ÍNDICE DE GINI E ÁREA MÉDIA DAS PROPRIEDADES SEGUNDO REGIÕES E SUB-REGIÕES AGROECOLÓGICAS - 1991.

Regiões e sub-regiões agro-ecológicas	IDS	ICS	Índice de Gini (posse da terra)	Área média das propriedades (ha)
1a	0,7917 b	0,2083	0,690	26,70
1b	0,6207	0,3793	0,774	44,40
1c	0,5392	0,4608	0,743	60,80
2a	0,4499	0,5501	0,660	18,70
2b	0,3944	0,6056	0,847	79,30
2c	0,6226	0,3774	0,797	246,10
3a	0,2572 3º	0,7428	0,700	160,50
3b	0,5520	0,4480	0,721	53,80
4a	0,8462 a	0,1538	0,496	21,00
4b	0,7070 d	0,2930	0,434	20,20
5a	0,4870	0,5130	0,649	32,00
5b	0,5831	0,4169	0,516	23,40
5c	0,6889	0,3111	0,710	34,30
5d	0,6404	0,3596	0,610	32,40
5e	0,4459	0,5541	0,769	124,00
6a	0,7850 c	0,2150	0,443	12,60
6b	0,5951	0,4049	0,478	15,00
7a	0,5051	0,4949	0,425	12,00
7b	0,4331	0,5669	0,534	19,10
7c	0,5684	0,4316	0,598	19,70
8	0,6054	0,3946	0,752	46,80
9	0,3720	0,6280	0,799	155,40
10a	0,3678	0,6322	0,744	283,10
10b	0,3430 4º	0,6570	0,763	265,60
11	0,1674 1º	0,8326	0,730	69,50
12a	0,3804	0,6196	0,726	46,70
12b	0,2325 2º	0,7675	0,788	143,30
Total do RS			0,764	48,00

Fonte: FEE (1995, p. 15).

Legenda:

Letras do alfabeto indicam, em ordem decrescente, as regiões mais desenvolvidas.

Números indicam, também em ordem decrescente, as regiões e sub-regiões mais pobres.

⁵ A exceção fica por conta da sub-região 2c, onde se situam os municípios de Santa Vitória do Palmar e Chuí. Os melhores indicadores de desenvolvimento desta região podem estar relacionados ao amplo predomínio da orizicultura irrigada, que é uma atividade apoiada em elevados níveis de mecanização e contratação de assalariados (a maioria como operadores de máquinas agrícolas).

Embora os dados do estudo da FEE não permitam uma desagregação por tipo de domicílio (se rural ou urbano), o que impõem limites à análise da pobreza rural, a partir dos conhecimentos acumulados é possível afirmar que além de haver uma correlação entre o baixo nível de desenvolvimento e a concentração fundiária, conforme apontado, esta ligação também é verdadeira em relação ao tipo de atividade econômica predominante nestas áreas, que é a agropecuária. Ou seja, os baixos índices de desenvolvimento social, apontados pelo estudo da FEE, indicam que a pobreza gaúcha é mais intensa nas áreas de maior concentração fundiária e onde predomina a agropecuária como atividade econômica principal da população. Este é, particularmente, o caso da sub-região do Litoral Médio gaúcho (2b), onde se situam municípios como Tavares, Mostardas, São José do Norte, entre outros cuja economia está assentada na exploração agrícola de cultura como o arroz irrigado, a cebola e a pecuária de corte extensiva. É igualmente o caso da região 9, indicada na Tabela 3, onde se localizam municípios típicos da pecuária extensiva e da orizicultura como São Borja e Itaqui, e também da sub-região 12b, onde estão municípios como Jaguarão e Herval.

Além da constatação de que a pobreza gaúcha é mais intensa em áreas de predomínio das grandes propriedades e da atividade agropecuária, os indicadores de carência e desenvolvimento também podem ser confrontados com informações sobre o grau de indigência (medida utilizada pelo Mapa da Fome do IPEA para estipular a renda mínima necessária para uma família) e sobre as características da população. Este exercício é apresentado na Tabela 2, que revela uma outra característica importante da pobreza no Rio Grande do Sul; qual seja, a de que o grau de indigência relaciona-se positivamente com a concentração da população em áreas rurais.

Segundo os dados da Tabela 2, em quase todas as regiões e sub-regiões que apresentam baixos índices de desenvolvimento social (IDS) verifica-se uma maior concentração da população no meio rural. Mas esta situação é particularmente significativa naquelas áreas onde se concentram as pequenas propriedades de produção familiar, como é o caso da região 11 (Serra do Sudeste), onde o IDS é o mais baixo (0,1674), o grau de indigência é igualmente o mais elevado (35,15%) e o percentual da população rural em relação ao total é o terceiro mais elevado do Estado (59,95%). Outra área que revela indicadores semelhantes a estes é a região 7 (Alto Vale do Uruguai, sobretudo as sub-regiões 7b e 7a), onde o percentual da

população rural é o mais elevado (72,14% e 64,49, respectivamente) e o grau de indigência também ocupa posições de destaque (31,57% e 30,73%, respectivamente, o segundo e o terceiro mais elevados), embora o IDS não esteja entre os mais baixos do Estado.

TABELA 2
RIO GRANDE DO SUL. TOTAL DE FAMÍLIAS INDIGENTES, GRAU DE
INDIGÊNCIA, OPULAÇÃO TOTAL, PORCENTAGEM
RURAL DA POPULAÇÃO, IDS E ICS, SEGUNDO AS REGIÕES E SUB-REGIÕES
AGROECOLÓGICAS - 1990 e 1991

Sub-regiões agroecológicas	Famílias indigentes em 1990	Grau de indigência em 1990 (%)	População total em 1991	Porcentagem rural da população	IDS	ICS	
1a	82.330	9,86	2.787.981	3,63	0,7917	b	0,2083
1b	33.068	18,93	554.632	21,37	0,6207		0,3793
1c	33.271	26,20	465.694	25,82	0,5392		0,4608
2a	12.355	26,33	137.332	31,28	0,4499		0,5501
2b	15.324	19,77	256.354	12,22	0,3944		0,6056
2c	2.867	28,00	34.462	24,86	0,6226		0,3774
3a	3.872	29,99	46.586	48,22	0,2572	3º	0,7428
3b	14.642	28,09	192.873	43,54	0,5520		0,4480
4a	18.725	12,67	570.116	18,21	0,8462	a	0,1538
4b	8.004	21,98	118.527	50,02	0,7070	d	0,2930
5a	23.355	26,42	317.085	35,25	0,4870		0,5130
5b	13.606	24,67	193.075	42,99	0,5831		0,4169
5c	16.597	26,48	239.703	39,24	0,6889		0,3111
5d	8.368	24,79	116.187	48,08	0,6404		0,3596
5e	9.855	27,79	124.389	21,47	0,4459		0,5541
6a	8.592	18,20	146.772	36,07	0,7850	c	0,2150
6b	32.317	25,56	426.600	43,84	0,5951		0,4049
7a	22.184	30,73	285.637	64,49	0,5051		0,4949
7b	7.804	31,57	90.503	72,74	0,4331		0,5669
7c	19.970	29,12	266.225	46,71	0,5684		0,4316
8	26.802	26,94	358.815	33,00	0,6054		0,3946
9	12.703	30,58	157.827	29,23	0,3720		0,6280
10a	20.146	26,08	295.878	13,44	0,3678		0,6322
10b	19.314	26,66	266.525	16,95	0,3430	4º	0,6570
11	6.622	35,16	175.077	59,95	0,1674	1º	0,8326
12a	32.288	24,10	4453.048	21,16	0,3804		0,6196
12b	5.327	29,85	60.767	22,4	0,2325	2º	0,7675
Total do RS	520.311	19,53	9.138.670	32,44			

Fonte: IPEA – Mapa da Fome e FEE (1995, p. 16).

Legenda:

Letras do alfabeto indicam, em ordem decrescente, as regiões mais desenvolvidas.

Números indicam, também em ordem decrescente, as regiões e sub-regiões mais pobres.

Esta comparação permite afirmar que a pobreza tende a atingir um número maior de pessoas nas áreas onde há elevada concentração da população em áreas rurais e onde a estrutura fundiária é predominantemente composta por propriedades pequenas (menores de 20 hectares nas sub-regiões 7b e 7a, conforme indicado na Tabela 2, acima). Ou seja, nas áreas rurais densamente povoadas encontra-se uma população proporcionalmente maior que não obtém uma renda suficiente para satisfazer as suas necessidades. Contudo, embora nestas áreas haja uma quantidade maior de pessoas consideradas indigentes (segundo classificação do Mapa da Fome), isto não significa que sejam mais carentes ou menos desenvolvidas do que aquelas localizadas nas áreas onde predominam as grandes propriedades onde o número de pobres é menor mas sua condição de carência (dada pelo ICS) é muito mais intensa.

Tipos de pobreza rural no Rio Grande do Sul

De posse das informações acerca da intensidade (onde estão os mais pobres) e da magnitude da pobreza (onde se concentra a maior quantidade de pobres), é possível afirmar que existem dois tipos de pobreza rural no Rio Grande do Sul. Uma delas, que denominamos “histórico-estrutural”, é mais intensa e está relacionada à concentração fundiária e as formas de ocupação em que predomina o assalariamento. Este tipo de pobreza concentra os piores índices de desenvolvimento social e de qualidade de vida do Estado e se localiza na macro-região agroecológica denominada “metade-sul”. O segundo tipo, que chamamos de “pobreza colonial”, é aquela que mesmo não produzindo renda suficiente para o agricultor lhe permite o acesso aos bens, serviços e alimentos, que obtém com seu trabalho em sua pequena propriedade de terra, que minimizam sua carência social. Este tipo de pobreza se localiza na Serra do Sudeste e na região do Alto Uruguai.

a) Pobreza histórico-estrutural

Como já foi dito, a pobreza estrutural está localizada na metade sul do Estado em áreas de concentração fundiária, como é a característica das regiões 9, 10a, 10b e 12b (ver Mapa acima).

Entretanto, isto não quer dizer, ipso facto, que as grandes propriedades são as causadoras da pobreza rural. Prova disso, são as regiões de Santa Vitória do Palmar (2c) e Rio Grande onde os índices de carência social são muito próximos à média do Estado, embora sejam regiões onde o índice de Gini e o tamanho médio das propriedades estão entre os mais altos. Particularmente nestes dois municípios, mas também em outros da região, predomina a orizicultura irrigada, onde é bastante difundido o assalariamento e a contratação de força de trabalho temporária, os quais tendem a ser protegidos por contratos formais (seja a carteira de trabalho ou outro), daí resultando uma menor precariedade.

Ao contrário disso, nas regiões onde é difundida a pecuária extensiva (regiões 9, 10a, 10b, 12a, 12b) os indicadores de pobreza rural são mais expressivos, o que talvez possa ser explicado pela formação social desta região, onde a escravatura havia lançado raízes sólidas junto à atividade das charqueadas de carne. Com a abolição do cativo, em 1888, os escravos foram libertos em condições sociais absolutamente desiguais, sendo raros os casos em que conseguiram acesso a propriedade privada da terra. Embora não seja o caso de aprofundar estes aspectos, o que importa salientar no momento é que a origem da pobreza rural na região Sul do Estado possui condicionantes históricos, ligados a sua formação social, e determinantes econômico-estruturais, ligados a tradição da pecuária extensiva (Bakos 1982; Cardoso 1977).

Contudo, deve-se destacar que as relações de trabalho vigentes na pecuária extensiva da região Sul do Estado nem sempre são mediadas pelo assalariamento ou pelos contratos formais de trabalho, com observância aos direitos trabalhistas, carteira assinada, etc. As relações de trabalho existentes nesta atividade ainda são fortemente marcadas pela informalidade. Nos anos mais recentes, em face das dificuldades econômicas enfrentadas pela pecuária de corte (dada a restrição da demanda e o aumento da concorrência internacional), a dispensa dos trabalhadores (“peões”) das fazendas também implicou na perda do local de moradia das suas famílias, que em muitos casos acabam se deslocando para as vilas e pequenos povoados, em geral situadas nas margens de rodovias ou até mesmo para as periferias das cidades, como é perceptível em municípios como Bagé, Santana do Livramento, Pelotas, entre outras da zona Sul do Estado.

b) Pobreza colonial

A pobreza que chamamos de colonial afeta um número maior de pessoas, ainda que seja menos intensa em relação aos níveis de carência verificados na região Sul do Estado. Este tipo de pobreza têm basicamente duas origens. A primeira refere-se aos “caboclos”, indivíduos oriundos da mestiçagem entre brancos portugueses e castelhanos e índios, que tinham a posse de terras situadas em várias áreas do Rio Grande do Sul. Como não eram proprietários legais (perante o ordenamento jurídico formal), este grupo social foi sendo historicamente removido ou deslocado das áreas que ocupavam pelos colonos de origem europeia que passaram a colonizar a região da Serra e do Planalto desde o final do século passado. Durante o período em que haviam terras devolutas que podiam ser ocupadas por estes posseiros, sua sobrevivência e reprodução social era viável. A partir da década de 1950, contudo, quando ocorre o fechamento da fronteira agrícola no Rio Grande do Sul, as alternativas de sobrevivência dos caboclos vão se tornar o trabalho temporário, a parceria, a meeia ou até a prestação de alguns tipos de serviços no meio rural. No entanto, a partir dos anos setenta, à medida que avança o processo de modernização tecnológica da agricultura gaúcha, estes trabalhadores vão perdendo suas oportunidades de trabalho, restando-lhes apenas a migração para outras regiões ou para as cidades.⁶

O segundo grupo social, que integra a pobreza colonial, têm uma origem mais recente, pois surgiu nos últimos 15 ou 20 anos e concentra-se na região do Alto Uruguai, onde se encontram boa parte das 257 mil famílias indigentes, indicadas pelo Mapa da Fome. São basicamente pequenos proprietários, que exploram lotes inferiores a 5 hectares, em áreas pouco apropriadas para a prática agrícola. Seu empobrecimento está fortemente relacionado ao tamanho da área de terras que possuem e aos sistemas de cultivo de monocultura que utilizam, que são fatores que rapidamente exauram a fertilidade do solo e, com ela, a viabilidade econômica destas unidades. Por constituírem um grupo social maior, atribui-se-lhes a designação de pobreza colonial, pois está relacionada ao fato de que estes pobres são os que se denomina de “colonos”: pequenos proprietários, frequentemente de

6 Para maiores informações sobre os caboclos no Rio Grande do Sul, consultar os trabalhos de Gehlen (1998) e Martini (1993)

origem étnica européia, que a partir dos anos setenta não puderam acompanhar a dinâmica da modernização tecnológica da agricultura gaúcha. Muitos destes colonos praticam a parceira ou são meeiros, pois continuam produzindo em áreas pequenas, em geral também declivosas, e com meios produtivos tecnologicamente defasados, razão pela qual a maior parte de sua produção é destinada à subsistência e ao autoconsumo.

Portanto, pode-se afirmar que a pobreza colonial têm sua origem no próprio modelo de desenvolvimento da agricultura gaúcha. A partir da década de oitenta, assiste-se a um crescimento cada vez mais intenso da produtividade da agricultura que decorre da incorporação acelerada do progresso tecnológico e pelo fortalecimento dos complexos agro-industriais. No período recente, este formato tecnológico vêm se aprofundando, o que significa que a geração de ganhos de produtividade e rentabilidade se dá com um número cada vez menor de estabelecimentos. Segundo estudos recentes (Benetti,1998;1999), nas regiões onde se concentram as pequenas propriedades, como no Norte do Estado, houve um abandono de 278 mil de hectares de terra que antes eram cultivadas com grãos (no Estado como um todo a diminuição da superfície agrícola ocupada com grãos foi de 1,6 milhão de hectares no período 1985-95).

Esta situação se traduz em empobrecimento da população rural dessas áreas, sobretudo no que concerne à alteração da composição das rendas dessas famílias, que dependem significativamente das atividades agrícolas. Talvez seja justamente a queda das rendas agrícolas o fator responsável pelo baixo valor do IDS encontrado nas regiões 7a, 7b e 7c uma vez que os índices de carência, são menores do que os de outras regiões consideradas mais desenvolvidas. Esta situação pode ser explicada pelo fato de se tratar de populações de pequenos proprietários que, apesar de terem baixos níveis de renda monetária (decorrentes da própria queda dos preços dos cereais, que são culturas importantes na região) possuem, no entanto, acesso razoável à alimentação e à escola, o que evidentemente diminui a intensidade da condição de pobreza em que se encontram.